



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

LEI Nº 1818.

DE 14 DE NOVEMBRO DE 2012

INSTITUI O PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS COM COOPERATIVAS DE CATADORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

COITI MURAMATSU, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando que o lixo gerado na Estância Turística de Ibiúna é constituído em grande parte por material passível de reaproveitamento e reciclagem com possibilidades de retornar à cadeia produtiva;

Considerando que o município tem a possibilidade de coordenar, projetar e implementar de forma partilhada com as indústrias, o comércio, as empresas de serviços e os consumidores finais, os cuidados necessários para proteger o meio ambiente e combater a poluição;

Considerando que a coleta seletiva vai propiciar o reaproveitamento e a reutilização dos resíduos sólidos pela indústria, tendo como consequência o aumento da vida útil do aterro sanitário e a redução no consumo de recursos naturais;

Considerando que o Programa fomentará a formalização da atuação dos catadores de resíduos recicláveis no território municipal;

Considerando que o Programa vai gerar renda para esta parcela ora excluída da população, permitindo voltar-se com dignidade à sociedade, tornando esta atividade de catação menos insalubre e danosa a saúde dos catadores.

FAZ SABER que a Câmara Municipal da Estância Turística de Ibiúna decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

Art. 1º - Em observância a Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e o seu respectivo Decreto Federal nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, fica instituído no âmbito do Município de Ibiúna, Estado de São Paulo, o *PROGRAMA SOCIOAMBIENTAL MUNICIPAL DE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS COM COOPERATIVAS DE CATADORES*, cujo teor consta do Anexo I desta Lei e é fundamentado no fomento às Associações e/ou Cooperativa de Coleta Seletiva.

§ 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de parceria/cooperação, contratos, convênios ou consórcios com associações, cooperativas, entidades públicas, iniciativa privada e terceiro setor, para a devida implementação, regulação e fiscalização do Programa Socioambiental.

§ 2º - A Secretaria do Meio Ambiente e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano serão responsáveis pela coordenação do Programa, estabelecendo:

- I - normas e procedimentos para sua implementação, controle, acompanhamento e fiscalização;
- II - critérios para o acondicionamento adequado e disponibilização dos resíduos sólidos objeto da coleta seletiva; e
- III - meios para a participação dos setores municipais, assim como para a integração destes entre si e com os diversos segmentos da sociedade.

§ 3º - Visando a melhoria contínua e a universalização dos serviços de coleta seletiva com catadores organizados em Associações e/ou Cooperativas, o Programa de que trata o caput deverá ser monitorado de forma permanente e revisto sempre quando do alcance de suas metas e, obrigatoriamente, quando da revisão do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico.

Art. 2º - As Cooperativas de trabalho e produção participantes do Programa terão as atribuições de executar a coleta, a triagem, o armazenamento, o beneficiamento e a comercialização dos resíduos sólidos recicláveis, conforme diretrizes a serem estabelecidas pela coordenação do Programa.



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

Estado de São Paulo

§ 1º - Somente poderão participar do Programa as cooperativas em que todos os trabalhadores sejam cooperados, vedada a contratação de empregados para atividades diretamente associadas à coleta e à reciclagem de resíduos sólidos.

§ 2º - A receita da comercialização de resíduos beneficiados reverterá integralmente às cooperativas participantes do Programa.

Art. 3º - Sempre que a Prefeitura vier a firmar compromissos para o desenvolvimento de atividades de coleta, triagem, beneficiamento, enfardamento e comercialização de recicláveis, cooperativas ou associações que preencham os requisitos estabelecidos no inciso XXVII do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação dada pela Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estão dispensadas de prévio procedimento licitatório.

Art. 4º - Visando efetivar a participação de órgãos colegiados no controle social, a implementação do Programa Socioambiental será acompanhada pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e por Comissão e/ou Conselho destinado ao acompanhamento do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico.

Art. 5º - Para fins de atendimento das atividades do Programa Socioambiental, o Poder Executivo fica autorizado a instituir como demanda induzida do Fundo Municipal do Meio Ambiente as atividades inerentes ao Programa, principalmente àquelas relacionadas a implantação de ações educativas.

Art. 6º - O Programa Socioambiental de que trata esta Lei é parte integrante do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico e do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 7º - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Art. 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias;

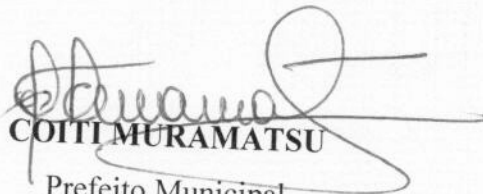


PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA

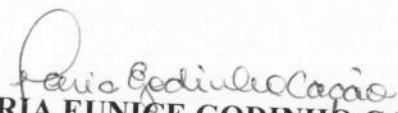
Estado de São Paulo

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE IBIÚNA, EM 14 DE NOVEMBRO DE 2012.


COITI MURAMATSU
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Administração e afixada no local de costume em 14 de novembro de 2012.


MARIA EUNICE GODINHO CAÇÃO
Secretária Interina da Administração